

A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida¹

Paulo André Niederle²

Valdemar João Wesz Junior³

RESUMO

O artigo discute o papel da agroindustrialização enquanto estratégia de diversificação dos meios de vida (*livelihoods*) na agricultura familiar e seu potencial à construção de autonomia no que diz respeito à internalização de recursos produtivos e criação de redes de comercialização alternativas. Os dados são provenientes de pesquisa realizada em nove municípios da região Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam para o potencial das agroindústrias familiares na construção de trajetórias mais autônomas de desenvolvimento rural, demonstrando que os agricultores são hábeis para articular múltiplas atividades e ativos que lhes permitem fazer frente a contextos de crescente vulnerabilidade econômica e social. Todavia, os resultados também revelam que empreendimentos familiares de maior porte podem estar desenvolvendo um efeito inibidor à diversificação no âmbito da unidade familiar de produção.

Palavras-chave: Agricultores familiares; Agroindustrialização; Diversificação.

¹ Versões preliminares desse artigo foram apresentadas no II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008, e no 47º Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009. Os autores agradecem os comentários e as sugestões de Sergio Schneider, Jan Douwe van der Ploeg, Miguel Ângelo Perondi, Marcio Gazolla e Marcelino Souza. Indubitavelmente, as deficiências e incorreções remanescentes são de responsabilidade dos autores. Também agradecemos a Flavio Sacco dos Anjos pela cedência dos dados referentes à pesquisa "O doce sabor da inclusão social: certificação social e solidária na agricultura familiar das Missões/RS".

² Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e doutorando em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Bolsista do CNPq. paulo.niederle@yahoo.com.br.

³ Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Pesquisador colaborador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA). jwesj@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O crescimento dos empreendimentos agroindustriais familiares na região Missões, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, revela uma importante tendência de diversificação produtiva presente em expressiva proporção do meio rural sul-brasileiro desde meados da década de 90 (Dorigon, 2008; Perondi, 2007). Segundo dados apresentados por Oliveira, Prezotto e Voigt (2002), em 2001 o Rio Grande do Sul registrava a presença de 1.528 agroindústrias familiares. Hoje, estimativas e levantamentos preliminares realizados pela Emater apontam para um número de 2,5 mil unidades no Estado⁴, sendo que, nos municípios da região das Missões, 281 unidades estariam envolvidas com o beneficiamento da produção, gerando mais de duas mil ocupações.⁵

Conquanto a atividade possa ser considerada uma herança da tradição colonial de transformação dos alimentos destinados ao consumo doméstico, são as mudanças estruturais nas redes de integração vertical entre agricultores familiares e empresas agroindustriais e a crescente institucionalização da agricultura familiar, os principais fatores de impulsão do recente protagonismo das agroindústrias rurais de pequeno e médio porte (Wilkinson, 2008, Mior, 2005). Na região Missões a expansão desse tipo de empreendimento também parece estar estreitamente relacionada às crises com as quais a produção de *commodities* agrícolas tem se deparado, tanto em virtude de recorrentes estiagens que assolaram a região, quanto da reconhecida instabilidade de preços que caracterizou o comportamento dos mercados internacionais de grãos na última década. Essa crise ocasionou o recrudescimento da precariedade econômica e da vulnerabilidade social de muitas famílias rurais, as quais se viram obrigadas a converter estruturas produtivas até então voltadas a monocultivos de soja, milho ou trigo para um leque mais diversificado de estratégias (re)produtivas, o que envolve ainda o crescimento das atividades não agrícolas (Conterato, 2008), a retomada da produção para autoconsumo (Grisa, 2007) e o investimento na pecuária leiteira (Silva Neto; Basso, 2005).

Estudos recentes têm sugerido que a agroindustrialização cumpre um papel fundamental à “diversificação dos meios de vida” no meio rural, favorecendo a construção de um portfólio variado de atividades e ativos a partir dos quais as famílias rurais podem sobreviver e melhorar seu padrão de vida (Pelegriani; Gazolla, 2008, Perondi, 2007, Wesz Junior; Niederle, 2007). Ademais, a agroindustrialização também tem sido associada à criação de autonomia pela

⁴ Em nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil empreendimentos dessa natureza em 2008. Já os dados do Censo Agropecuário de 2006 destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima. No entanto, esse dado inclui aquelas unidades em que o processamento não está direcionado à venda, ou seja, contempla também as propriedades que apresentam uma produção exclusiva ao autoconsumo familiar.

⁵ Dados fornecidos diretamente aos autores durante a realização de pesquisa de campo.

unidade familiar de produção em relação a atores e a ativos externos, seja porque a atividade internaliza recursos produtivos que deixam de ser adquiridos nos mercados, seja em virtude da menor dependência a intermediários, visto que a comercialização geralmente se processa em circuitos locais (Ploeg, 2008; Schneider; Niederle, 2007).

Contudo, a heterogeneidade marcante entre as unidades familiares que agroindustrializam produtos primários nos leva a crer que tanto o significado quanto os efeitos da ampliação desses empreendimentos sejam muito diversos. A referência genérica às agroindústrias familiares oculta diferenças marcantes que são objeto de notáveis divergências conceituais (Guimarães; Silveira, 2008). As distinções vão desde os tipos de produtos processados e a capacidade produtiva até o cumprimento das normas sanitárias, a legalização e o acesso a crédito. Sendo assim, não é evidente que todos os agricultores sustentem a atividade com o mesmo propósito ou que ela possua igual importância na composição dos rendimentos familiares (Wesz Junior, 2009b). Com efeito, não se pode afirmar de antemão que em todas as unidades produtivas a agroindustrialização esteja associada a processos de diversificação dos meios de vida e construção de autonomia.

A hipótese principal desse artigo é que a agroindustrialização, enquanto uma estratégia reativa desenvolvida por agricultores familiares em face da necessidade de sobrevivência em contextos de crescente vulnerabilidade social, contribui decisivamente à diversificação dos meios de vida e à construção de autonomia. Outra hipótese é que agroindústrias familiares rurais de maior porte, em que a atividade não constitui mais uma resposta urgente às necessidades de sobrevivência do grupo familiar, podem possuir um efeito coibente à diversificação dos meios de vida. Nesse caso, os agricultores estariam caminhando novamente à especialização e à dependência de ativos controlados por atores externos, ainda que os atores possam ser distintos e os ativos de outra natureza.

O artigo mobiliza, pois duas abordagens analíticas principais, ambas com um enfoque eminentemente “orientado aos atores” (Long, 2001).⁶ A primeira refere-se ao *approach* desenvolvido por Frank Ellis no *Overseas Development Group* da *University of East Anglia* (UK) sobre diversificação dos meios de vida rurais (*rural livelihoods diversification*)⁷, o qual focaliza os processos através dos quais as famílias rurais constroem estratégias para enfrentar “contextos de vulnerabilidade” a partir da criação de um portfólio diversificado de atividades,

⁶ Ambas as abordagens vêm tendo um apelo crescente no Brasil, principalmente em estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar da região sul (veja Perondi, 2007, Schneider, 2007, Peñafiel, 2006, Basso, 2004, Schneider; Niederle, 2007, Grisa, 2007, Oliveira, 2007).

⁷ A tradução de *livelihoods* para o português é imprecisa. Autores têm traduzido o termo como “meios de vida” (Perondi, 2007), “modos de vida” (Peñafiel, 2006) ou “formas de vivência” (Navarro, 2001). Em todos os casos peca-se por retirar o componente dinâmico associado à trajetória histórica de reprodução. Adotaremos o termo “meio de vida” em virtude de esse estar próximo ao sentido de meios de suporte, subsistência ou manutenção da vida, os quais apresentam um vínculo mais estreito com aquilo que procuramos discutir.

ativos e capitais (Ellis, 2000; 1998). A segunda abordagem focaliza a questão da *autonomia* e está associada às discussões de Jan Douwe van der Ploeg da *Wageningen University* (Holanda) sobre mercantilização e estilos de agricultura. Em seus trabalhos mais recentes, o autor apresenta uma interessante formulação sobre processos de re-campesinização e busca por autonomia, a qual envolve a geração de estratégias que conciliem agregação de valor, internalização de recursos, distanciamento de mercados de insumos e fatores de produção e criação de mercados localizados baseados em produtos com qualidades específicas, o que seria o caso das agroindústrias às quais se faz referência aqui (Ploeg, 2008; 2006).

A pesquisa foi desenvolvida em nove municípios da região Missões e envolveu um conjunto de técnicas quanti e qualitativas. Inicialmente, foram coletadas informações secundárias relativas às 143 agroindústrias familiares locais. Esses dados permitiram uma primeira caracterização dos empreendimentos e revelaram um amplo predomínio do processamento de derivados da cana-de-açúcar (a metade das agroindústrias locais está envolvida com esse tipo de atividade). Desse modo, subseqüentemente, a pesquisa decidiu centrar-se exclusivamente nesses empreendimentos para a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.⁸

Além desta introdução, o artigo possui mais quatro seções. Na próxima seção é discutida a trajetória de desenvolvimento da agricultura na região Missões. A seção subseqüente analisa os elementos centrais das abordagens analíticas utilizadas. As duas últimas seções apresentam os principais resultados do estudo.

Mercantilização e dependência: a trajetória da agricultura na região missioneira

A colonização do território que atualmente representa a região das Missões ocorreu a partir do final do século XIX com a instalação de imigrantes de origem alemã oriundos das chamadas “colônias velhas” gaúchas, estabelecidas desde 1824 nas cidades circunvizinhas à região metropolitana de Porto Alegre. Os “colonos” estabeleceram um sistema de policultura-pecuária fundado no trabalho familiar e em um conjunto relativamente diversificado de produtos de subsistência. Nesse período, a agroindustrialização caseira, além de ser praticamente o único meio de garantir o consumo de determinados gêneros alimentícios, voltava-se quase exclusivamente para o consumo doméstico, uma vez que as relações mercantis eram restritas à venda de excedentes agrícolas *in natura*. A exceção era

⁸ A priorização dos estabelecimentos processadores de cana-de-açúcar seguramente incorre na perda de parte da diversidade de produtos processados. No entanto, em face da ampla heterogeneidade de condições em que cada tipo de agroindústria se desenvolve, sobretudo se consideramos as exigências legais e sanitárias para funcionamento, esta decisão tornou-se um imperativo para o tipo de análise ao qual a pesquisa se propunha.

a venda de “banha” (gordura animal suína), a qual representava inclusive o maior rendimento comercial das unidades de produção (Roche, 1969; Wenzel, 1997).

A partir dos anos 1940, o esgotamento da fertilidade natural dos solos em virtude do manejo agrícola, a queda acentuada da produção e dos preços dos produtos agrícolas e a redução demasiada do tamanho das propriedades em face do sistema de sucessão hereditária das terras por partilha total do lote entre os herdeiros, revelaram uma grave crise nesse sistema. As transformações essenciais que se seguiram à crise, principalmente após os anos 1960-70, estão relacionadas à intervenção do Estado e do capital externo com vistas ao aumento da produção e da produtividade. Diversos autores têm se referido a esse processo como “a modernização conservadora da agricultura”, cujo componente primário foi a abrupta mudança na base técnica da produção agrícola levada à cabo pela mecanização e pela introdução massiva de insumos químicos e de inovações biológicas (Kageyama *et al.*, 1990; Silva, 1998).

Na região das Missões, esse período também é caracterizado pela especialização no binômio trigo-soja e por uma integração crescente dos agricultores a empresas agroindustriais, bancos e cooperativas. Essas e outras mudanças consolidaram uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Além disso, reproduziu-se uma situação de intensa *externalização* das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência a recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural.

Segundo Kageyama e colaboradores (1990), esta externalização é manifesta, por exemplo, pela acelerada elevação do Consumo Intermediário, o qual indica a crescente dependência a insumos provindos de fora da unidade de produção. Considerando os gastos dos agricultores do município de Cerro Largo com o arrendamento de terras, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, alimentação e medicamentos dos animais, aluguel de máquinas e equipamentos e o pagamento de serviços de empreitadas, há uma variação de mais de 470% entre os anos de 1970 e 1980, no período de mudanças técnicas mais intensas, caracterizado por aquilo que ficou conhecido na literatura como “modernização compulsória ou induzida” (Kageyama *et al.* 1990, Laurenti, 2000). Além do mais, como mostra Niederle (2007), nesse mesmo intervalo a proporção representada por essas despesas em relação ao valor total da produção mais do que duplica, passando de 12,43% a 28,28%.

O aumento expressivo do Consumo Intermediário em relação ao valor da produção revela o que Ploeg e colaboradores (2000) denominam de *squeeze* (aperto) da agricultura modernizada. A contínua importância assumida por esse *squeeze* revelou-se ainda mais dramática pelas dificuldades das unidades de

produção em estabelecer um padrão produtivo diferenciado, a qual se expressa pela noção de *treadmill* tecnológico, que faz menção aos fatores que impossibilitam aos agricultores escaparem da contínua busca de inovações, ingressando cada vez mais nos mercados de insumos e fatores de produção (Abramovay, 1998).

As condições atuais da agricultura em toda a região, ao mesmo tempo em que espelham os efeitos da modernização, dão evidências da crise desse modelo e da precariedade econômica que marca a reprodução das famílias rurais. A modernização sustentou uma agricultura com alto nível de mercantilização que propiciou pouco espaço de manobra para os agricultores construírem alternativas diferenciadas do “regime sociotécnico dominante” na agricultura, ou seja, da crescente dependência a uma gramática de relações sociais, econômicas e produtivas ditada à distância pelos atores líderes das cadeias globais de *commodities* (Ploeg, 2006b). Essa situação se reproduziu pelo menos durante o período em que esse modelo se mostrou capaz de gerar substanciais incrementos de produção e produtividade. No período mais recente, esse modelo de agricultura tem apresentado sinais de crise, o que resulta na deterioração dos níveis de renda dos agricultores e no aumento de sua vulnerabilidade econômica e social. Em resposta à crise, os agricultores têm construído uma série de estratégias que alteram gradativamente esse cenário.

A produção de soja continua representando o sistema de cultivo mais freqüente na agricultura local. Muitos agricultores persistem na produção porque estão “presos” a uma estrutura de máquinas e instalações difícil de ser convertida para outras atividades (uma espécie de *path dependence*). Outros optam pela atividade em decorrência da necessidade de rápido retorno financeiro para garantir a sobrevivência da família, o que é possível em virtude do ciclo produtivo da soja completar-se em cerca de quatro meses. Além disso, a facilidade na comercialização da produção e a disponibilidade de crédito com taxas de juro inferiores àquelas práticas no mercado acabam estimulando a manutenção do cultivo mesmo em momentos de crise e de inviabilidade econômica (Bueno; Wesz Junior, 2009). O fato, contudo, é que é cada vez mais remoto encontrar agricultores que se dediquem exclusivamente à produção de soja, o que poderia perpassar ao senso comum quando se fala em uma das regiões brasileiras mais marcadas pelo desenvolvimento desta *commodity*.

Substituindo ou acompanhando a produção de soja encontra-se atualmente uma multiplicidade de estratégias agrícolas e não agrícolas, dentre as quais se destaca a agroindustrialização. Como outros estudos realizados no noroeste gaúcho já revelaram (Maia, 2008, Pelegrini; Gazola, 2008, Raupp, 2005, Wesz Junior, 2009a), a agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais e ergue-se como uma alternativa inovadora na arquitetura de redes agroalimentares alternativas; circuitos de comércio diferenciados que

valorizam práticas e normas sociais que estão na base da autonomia não só mercantil, mas também cultural e política dos agricultores familiares.⁹

Construindo autonomia: diversificação dos meios de vida na agricultura familiar

O que faz da diversificação uma alternativa decisiva à reprodução dos agricultores familiares? Não seria mais vantajoso para eles apostar na especialização em uma ou duas ocupações/atividades que lhes propiciassem vantagens em termos de economia de aprendizado e ganhos de escala? Mais do que um problema de cunho teórico, esta parece ser uma questão de ordem contextual e empírica, para a qual não é possível ter uma resposta *a priori*. Todavia, pode-se construir uma interpretação analítica que dê conta de apreender pelo menos os fatores que tornam a diversificação conveniente para certos estilos de agricultura em contextos sociais específicos.

Dentre os próprios agricultores investigados, muitos consideram a especialização vantajosa seja em termos econômicos, seja em virtude da menor exigência de esforço físico e tempo de trabalho. Contudo, a questão é que esse tipo de opção geralmente requer um nível de estabilidade econômica que não se encontra na agricultura familiar ou camponesa. Nesses casos, a diversificação torna-se uma alternativa consistente por garantir maior autonomia e espaço de manobra frente às contingências de contextos socioeconômicos adversos. Como demonstram os estudos realizados por Ellis (2000; 1998), diversificar o leque de estratégias permite reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas (perda de colheitas, por exemplo) ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano. Isto possibilita aos agricultores maior autonomia frente a ambientes de vulnerabilidade caracterizados pela iminência de crises e choques externos de natureza ecológica ou político-econômica.

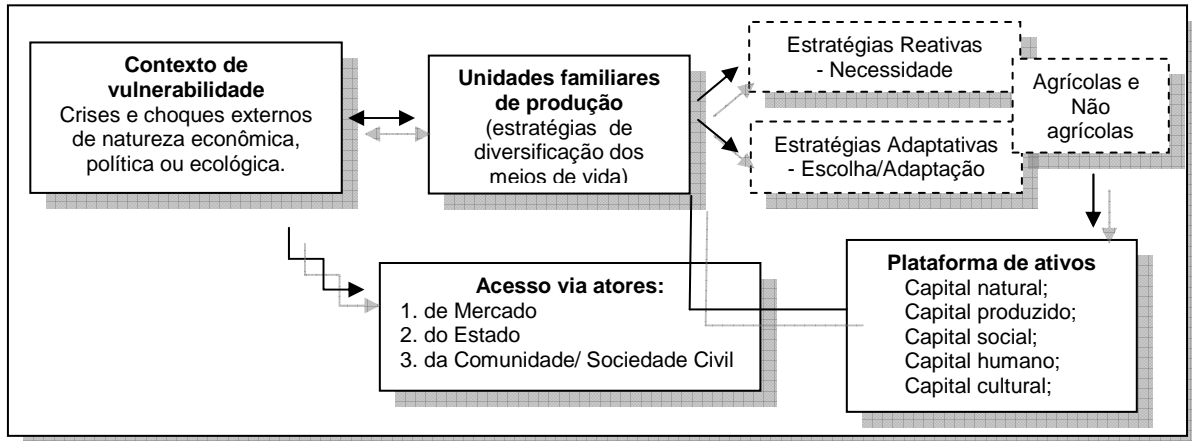
Quando a diversificação associa-se ao desenvolvimento de atividades que envolvem ativos disponíveis no interior da própria unidade de produção, como freqüentemente é o caso, esta possibilita a diminuição da dependência a recursos controlados por atores externos. Nos termos utilizados por Ploeg (2003; 1990), a diversificação pode constituir um meio para diminuir o nível de externalização do processo produtivo, garantindo maior autonomia e controle sobre o processo de reprodução social. Desse modo, a diversificação torna-se um fator chave do desenvolvimento na mesma medida em que o próprio desenvolvimento passa a ser

⁹ Esses mercados geralmente desenvolvem-se a partir da relação direta entre compradores e vendedores na lógica de cadeias curtas com capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos. São mercados particularistas baseados em qualidades específicas. Ademais, são vistos como construções enraizadas em relações socioculturais particulares que fazem da ligação com localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção seus maiores apelos comerciais (Maluf, 2004, Wilkinson, 2002, Marsden; Murdoch, 2000, Sonino; Marsden, 2006).

considerado um processo que possibilita aos atores sociais maior *autonomia* para construir as trajetórias de vida que consideram significativas.¹⁰

De acordo com Ploeg (2008; 2006a), a construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é chave para a reprodução do *modo de produção camponês*, o qual é orientado para a criação de *valor agregado* e *emprego produtivo*. Para o autor, a “condição camponesa”, que em nada pode ser comparada à atraso ou pobreza, reflete a luta constante e infindável das formas familiares de produção por *autonomia*, a qual se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência e privações. Essa luta tem como objetivo a criação de uma base de recursos autocontrolada, integrada e de múltiplo uso, que confere ao agricultor sua condição de agente no desenvolvimento rural. Ademais, segundo Ploeg (2008), esse processo permite uma refundação ampliada da base de recursos da agricultura e a reintrodução da natureza nos processos produtivos, o que o autor chama de “coprodução”. A coprodução é a chave para a internalização de recursos e, portanto, para a autonomia; a qual é o denominador comum da condição camponesa.¹¹

Nos termos em que se opera o debate, é mister considerar os elementos centrais à análise das estratégias de diversificação dos meios de vida. Seguindo Bebbington (1999) e Ellis (2000), reproduzimos esquematicamente os principais elementos constituintes desse processo:



Quadro 1 – Esquema simplificado dos elementos presentes na construção de estratégias de diversificação dos meios de vida.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ellis (2000) e Bebbington (1999).

¹⁰ Discussão sobre a utilização de uma perspectiva de desenvolvimento fundada na *autonomia* vis-à-vis a proposição de Amartya Sen (2000) que se centra na *liberdade*, pode ser vista em Niederle e Grisa (2008).

¹¹ Segundo o autor, os estudos camponeses geralmente têm considerado a “terra” como indicador essencial de autonomia, mas ela não é o único fator a ser considerado. O controle sobre outros meios econômicos e sobre os canais de comercialização são tão importantes quanto a propriedade da terra (Ploeg, 2008). Isso é particularmente importante para compreender a construção de autonomia nas agroindústrias familiares em que, não raro, é justamente a falta de terra o fator impulsionador da atividade.

Inicialmente, cabe uma breve consideração sobre a *unidade de análise*. Segundo Ellis (1998), a maior parte dos trabalhos sobre *livelihoods* tem adotado como unidade de análise o grupo doméstico (*household*). No Brasil, a discussão sobre a unidade adequada para o estudo das estratégias de reprodução dos agricultores familiares tem destacado a “unidade familiar”, procurando assim enfatizar determinantes das estratégias de reprodução social que ultrapassam a esfera da produção, como é notadamente o caso do parentesco e da reciprocidade (Carneiro, 2000; Schneider, 2003; Mattei, 2007).

O segundo ponto que merece destaque diz respeito à subdivisão proposta por Ellis (2000) entre estratégias reativas e adaptativas, classificação que deriva basicamente da condição socioeconômica das famílias *vis-à-vis* o contexto social. Estratégias “reativas” manifestam-se como uma alternativa advinda da necessidade de sobrevivência familiar frente a um contexto de vulnerabilidade. São estratégias construídas como resposta à ocorrência de crises e choques (secas, inundações, queda de preços) que se tornam alternativas momentâneas de sobrevivência. De outro modo, estratégias de “escolha e adaptação” se expressam como processos voluntários pró-diversificação dos meios de vida de unidades mais estáveis. São estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior estabilidade quando da ocorrência desses.

Em terceiro lugar, é fundamental ter em mente que as estratégias podem ser agrícolas (diversificação dos sistemas de produção e criação) e não agrícolas (pluriatividade, migração etc.). Como nota Bebbington (1999), a compreensão da importância desses dois tipos de estratégias altera completamente o modo como sempre se focalizou a questão da viabilidade do campesinato. Segundo o autor, na medida em que se compreende a grande diversidade de alternativas não agrícolas desenvolvidas por esses agricultores, a discussão sobre viabilidade somente pelo ângulo da eficiência técnica e produtiva para competir em mercados agrícolas perde completamente o sentido. Desse modo, supera-se um longo debate empreendido no meio acadêmico e político-institucional brasileiro que colocou, de um lado, posições que procuravam evidenciar a capacidade produtiva agrícola da agricultura familiar e que, de certo modo, subestimaram os efeitos da crise que afetou esta categoria (Guanzioli *et. al.*, 2001) e; de outro, posições que, acentuando os efeitos desta crise, mas subestimando a potencialidade que novos mercados poderiam abrir em termos de estratégias agrícolas, focalizaram sobretudo a importância crescente dos mercados de trabalho e ocupações não agrícolas (Silva, 1999).

Finalmente, o componente mais importante talvez se refira à plataforma de ativos, tidos como os recursos acessados para a construção das estratégias. Os ativos são ao mesmo tempo *inputs* e *outputs* das estratégias. Eles compõem a base de recursos necessária à formação das alternativas de sobrevivência, as quais

podem retroalimentar a plataforma de ativos.¹² Bebbington (1999) classifica os “ativos de capital” em cinco tipos: a) *capital natural* (qualidade e quantidade de recursos naturais); b) *capital produzido* (meios de produção e ativos financeiros); c) *capital humano* (conhecimento, saúde, habilidades); d) *capital social* (redes de reciprocidade e confiança); e e) *capital cultural* (valores e bens simbólicos que sustentam formas de identidade, tradições e padrões de interação).¹³

Como já referido acima, os ativos/recursos¹⁴ constituem a base do poder de agência dos atores sociais e, portanto, da sua autonomia (Giddens, 1989; Long, 2001). É o que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre. Possibilitar *acesso* aos ativos torna-se, então, uma política de empoderamento, uma vez que afeta as relações de poder que geralmente dificultam aos indivíduos e grupos construir suas estratégias de vivência. O acesso é, inclusive, analiticamente anterior à constituição da plataforma de ativos, assim como o acesso a outros atores precede o acesso a recursos. Construir formas de acesso torna-se então uma questão de primeira ordem no que tange à possibilidade de romper com a dependência acentuada pelo processo de externalização da agricultura.

A agroindústria familiar como uma estratégia de diversificação

Os dados doravante apresentados são provenientes do projeto “O doce sabor da inclusão social: certificação social e solidária na agricultura familiar das Missões/RS”, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel), sob os auspícios do CNPq. A pesquisa foi realizada em nove municípios da região Missões: Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, Dezesseis de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador nas Missões, Cerro Largo, São Paulo das Missões e Porto Lucena (Figura 1).

¹² Algumas estratégias podem sacrificar determinados ativos para garantir outros (sobre-exploração dos recursos naturais para garantir recursos financeiros, por exemplo).

¹³ A classificação de Ellis (2000) é ligeiramente distinta: natural, físico, financeiro, humano e social. O autor inclui o “capital cultural” no “capital social” e subdivide o “capital produzido” em “físico” e “financeiro”.

¹⁴ Embora “recursos” e “ativos” estejam sendo utilizados de modo intercambiável, em alguns momentos será pertinente distinguir os ativos como o conjunto de recursos que são efetivamente *acessados* para a construção das estratégias de reprodução.

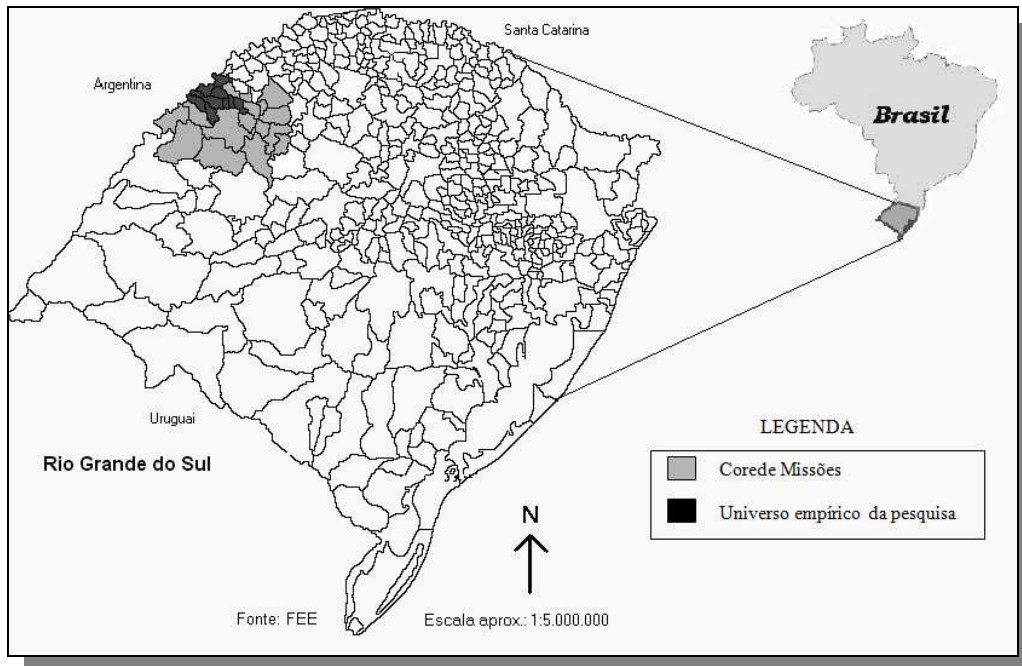


Figura 1: Localização do COREDE Missões e do universo empírico da pesquisa.

A amostra foi determinada a partir de dois critérios básicos estabelecidos na tentativa de identificar municípios em que a presença da agroindustrialização fosse mais significativa: i) municípios em que a agricultura familiar representasse mais de 95% do total de estabelecimentos agropecuários segundo os critérios do INCRA/SADE (1996) e ii) municípios em que o número de agroindústrias familiares no ano de 2005 fosse igual ou maior que 10 empreendimentos – informação apurada a partir de dados da Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas da Agricultura Familiar municipais.

A partir desse universo foram identificadas 143 agroindústrias familiares. Os municípios de Cerro Largo e Roque Gonzáles apresentaram o maior número de empreendimentos, 24 e 22 respectivamente, e a menor presença foi encontrada em Dezesseis de Novembro, Pirapó, São Paulo das Missões e São Pedro do Butiá, que ficaram abaixo da média de 15 unidades (Tab. 1). No que se refere às mais de 900 ocupações geradas pela atividade, destacam-se Salvador das Missões, com cerca de 10 postos de trabalho por agroindústria em média, e Pirapó, com 9 ocupações geradas. Juntamente com Cerro Largo, esses dois municípios compreendem quase 50% das ocupações na atividade.

Tabela 1 - Agroindústrias familiares e ocupações geradas pela atividade nos municípios pesquisados

Municípios	Agroindústrias		Ocupações geradas		
	N	%	N	%	Média
Cerro Largo	24	16,8%	129	14,2%	5,4
Dezesseis de Novembro	10	7,0%	56	6,2%	5,6
Pirapó	14	9,8%	128	14,1%	9,1
Porto Lucena	17	11,9%	123	13,5%	7,2
Porto Xavier	17	11,9%	102	11,2%	6,0
Roque Gonzales	22	15,4%	63	6,9%	2,9
Salvador das	16	11,2%	173	19,0%	10,8
São Paulo das	13	9,1%	74	8,1%	5,7
São Pedro do Butiá	10	7,0%	61	6,7%	6,1
Total	143	100%	909	100%	-
Média	15,9	-	101,0	-	6,5

Fonte: Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas da Agricultura Familiar.

A partir dos dados informados na Tabela 1 pode-se perceber também que a agroindustrialização gera em média 6,5 ocupações por empreendimento. Comparativamente aos dados divulgados pelo Censo Agropecuário (2006) relativos à média de postos de trabalho gerados nos estabelecimentos agropecuários nos municípios em questão (2,6 pessoas por estabelecimento), é possível perceber a relevância do beneficiamento da produção primária. Associado a isto está o fato de que, enquanto outrora o monocultivo da soja e o conseqüente predomínio de atividades mecanizadas ofertavam poucas possibilidades de trabalho as mulheres, idosos e jovens, fazendo com que esses se constituíssem apenas como *ajuda* nas atividades eminentemente masculinas, o crescimento das agroindústrias tem possibilitado a reintrodução desses nas tarefas da unidade de produção, bem como sua revalorização no universo familiar, algo similar ao notado por Caldas (2007) em relação à previdência social rural.

Conforme demonstra a Tabela 2, as agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar (50,3%), panificados (16,8%) e produtos lácteos (11,2%) são aquelas de maior expressão. Destacam-se as agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar, que são responsáveis pela maior quantidade das ocupações geradas (41%) e do número de associados (36% das famílias). Produtos como melado, açúcar mascavo, rapadura, cachaça e licor estão presentes em mais da metade dos empreendimentos. Além da adaptabilidade da matéria-prima à região e da longa

trajetória dessa atividade nas propriedades familiares, a preeminência das unidades que processam a cana-de-açúcar também se deve ao crescimento do mercado local e ao forte apoio de organizações governamentais e ONGs, seja através da concessão de recursos (tanto não reembolsáveis como na forma de financiamento), seja pelo investimento em formação de *capital humano* em cursos de capacitação.

Tabela 2 - Número de agroindústrias familiares, famílias proprietárias e ocupações geradas por tipo de produto nos municípios pesquisados.

Tipo de produto	Agroindústrias familiares		Famílias proprietárias		Ocupações geradas	
	N	%	N	%	Nº	%
Derivados da cana-de-açúcar	72	50,3%	160	35,9%	370	40,7%
Panificados	24	16,8%	113	25,3%	224	24,6%
Derivados do leite	16	11,2%	21	4,7%	50	5,5%
Outros	15	10,5%	119	26,7%	174	19,1%
Embutidos	10	7,0%	13	2,9%	38	4,2%
Conservas	6	4,2%	20	4,5%	53	5,8%
Total/Média	143	100%	446	100%	909	100%

Fonte: Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas da Agricultura Familiar.

Diante da expressividade das agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar, a pesquisa decidiu, então, focalizar nesses empreendimentos para a realização de um estudo mais detalhado com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Para não abranger toda e qualquer forma de processamento existente nas propriedades foram desconsideradas as famílias que comercializam somente esporadicamente o produto beneficiado, que não possuem uma rota estável de comercialização ou em que a produção para o autoconsumo seja superior à produção para venda. Seguindo indicação sugerida por Wilkinson (2003), esses critérios foram adotados para evitar a incorporação de um grande número de agricultores que apenas excepcionalmente processam para comercialização.¹⁵

A partir do estabelecimento desses critérios, foram entrevistados 43 agricultores, abrangendo, portanto, cerca de 60% do total de unidades que tem a

¹⁵ Wilkinson (2003) nota que muitos agricultores que comercializam queijos só o fazem em virtude da recusa pelas agroindústrias do leite *in natura* por problemas na qualidade da matéria-prima.

cana-de-açúcar como matéria-prima principal e 30% de todas as agroindústrias familiares encontradas nesses municípios (cf. Tabela 2). Os dados coletados revelam que em nenhum caso ocorre a produção de uma única mercadoria por agroindústria, isso porque a própria estrutura da agroindústria permite a produção de mais artigos finais sem alterações substanciais nos equipamentos e na estrutura utilizada. Conforme a Tabela 3, a produção de melado é a mais difundida, ocorrendo em 35 agroindústrias (81%). Esses mesmos empreendimentos também produzem, na maior parte dos casos, açúcar mascavo e rapadura, os quais estão presentes em cerca de 40% das propriedades. O mesmo tem acontecido com os produtores de cachaça, que aproveitam o produto para fazer o licor.

Tabela 3 - Número de produtores e produção total das agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar nos nove municípios em análise.

Produto	Produtores		Produção total (Kg)	
	N	%	N	Média
Cachaça	12	27,9%	228.000	19.000
Licor	10	23,3%	12.400	1.240
Melado	35	81,4%	66.762	1.907
Açúcar mascavo	18	41,9%	76.550	4.253
Mandolate	4	9,3%	2.266	567
Rapadura	17	39,5%	24.732	1.455

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPEL/CNPq/2006).

Para a produção dos derivados da cana-de-açúcar foram plantados 160 hectares da cultura, ocupando em média 3,7 ha por propriedade. Nesse espaço, o beneficiamento da produção alcança quase R\$ 800 mil em termos de produto bruto (PBT). Se analisado sobre uma média das 43 agroindústrias, esse valor reflete um montante de praticamente R\$ 5 mil por hectare em 2005. A cachaça, por ocupar mais área (54,3% do total), tem maior participação na composição do PBT (56,7%). Cabe ressaltar, todavia, a importância do melado e do açúcar mascavo, que juntos respondem por 35% do PBT (Tabela 4).

Tabela 4 - Expressividade econômica das agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar nos nove municípios em análise

Produto	Unidade	Total da venda	Preço médio	Produto bruto total (PBT)	% sobre o PBT
Cachaça	litros	228.000	R\$ 1,6	R\$ 367.242,86	46,7%
Licor	litros	12.400	R\$ 3,7	R\$ 45.880,00	5,8%
Melado	kg	57.724	R\$ 2,1	R\$ 124.720,50	15,8%
Açúcar mascavo	kg	74.467	R\$ 2,07	R\$ 151.707,00	19,3%
Mandolate	kg	2.092	R\$ 8,50	R\$ 12.730,00	1,6%
Rapadura	kg	23.870	R\$ 2,95	R\$ 83.930,00	10,6%
Total				R\$ 786.210,36	100%

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPe/CNPq/2006).

A relevância econômica da agroindústria também se observa pela participação na geração de renda para a agricultura familiar. Como pode ser visto na Figura 2, a renda gerada pela agroindustrialização representa, em média, mais de 50% do total da renda auferida pela unidade de produção – uma média anual em valores absolutos de R\$ 9.139,68 por empreendimento. Cabe notar, todavia, que assim como as demais fontes não diretamente vinculadas à agricultura, a renda da agroindústria se destaca em virtude da forte estiagem que marcou o ano de 2005 (período da pesquisa de campo), a qual acentuou a situação de vulnerabilidade acima referida. Diante disso, não causa estranhamento o fato de a renda agrícola (14.2%) ser consideravelmente baixa (em 42% dos casos é negativa), haja vista o cultivo da soja ter sido diretamente afetado pela seca e pela queda em 30% no preço em relação a 2004.

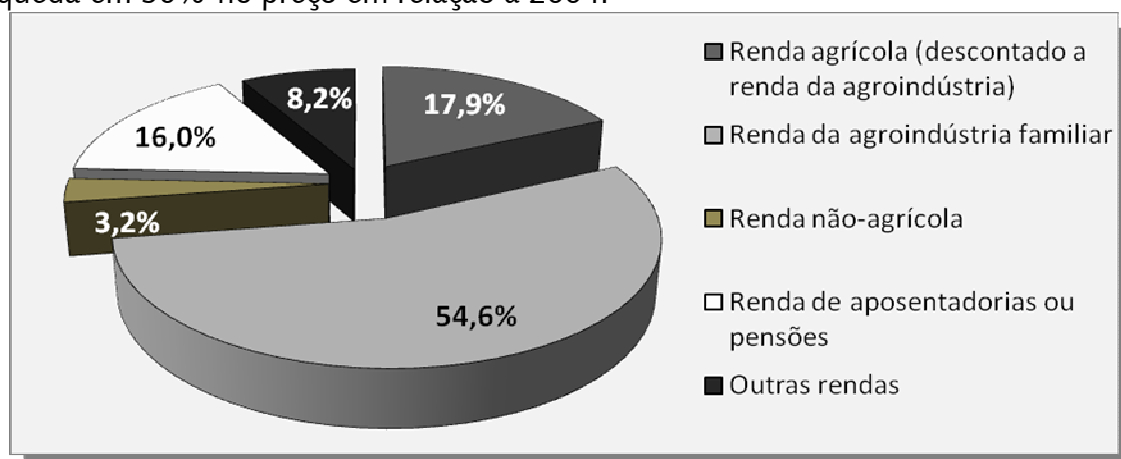


Figura 2 – Rendimento médio gerado pela agroindustrialização e por demais fontes de renda nos estabelecimentos pesquisados.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPe/CNPq/2006).

A dimensão que a agroindústria assume na renda das propriedades tem uma relação direta com a forma diferenciada com que tem se dado a venda das mercadorias. Embora cada produto possua seu próprio “circuito de comércio” (Zelizer, 2003), todos são vendidos diretamente ao consumidor, seja quando o produto é levado até o comprador, seja quando esse vai até o estabelecimento. Em ambos os casos, isto reflete em valor agregado para o produtor e preço final inferior para os consumidores (Requier-Desjardins, 1999, Ploeg, 2008). São incomuns as relações com intermediários e com complexos agroindustriais.

Diferentemente das multinacionais do ramo, as agroindústrias familiares articulam-se firmemente com os espaços locais mobilizando ativos de *capital social* presentes nas diversas redes de comercialização, onde se destacam os laços de parentesco, amizade e confiança. Essas funcionam reativando vínculos sociais e construindo mercados. A formação dessas “redes alternativas” constitui um típico exemplo de “enraizamento social dos mercados” em que assumem grande importância as relações cooperativas entre atores locais baseadas em normas de confiança e reciprocidade (Marsden e Murdoch, 2000; Hinrichs, 2000). Como visto na Figura 3, cerca de 40% de toda a comercialização dos produtos processados da cana-de-açúcar ocorrem nesses circuitos diretos, destacando-se o licor (90%) e a cachaça (57%). Outro importante circuito são as feiras do produtor onde são comercializados 37% do total vendido – notadamente produtos não-distilados como o mandolate (67%), açúcar mascavo (58%), rapadura (55%) e melado (43%). Já a comercialização em pequenos supermercados regionais representa 21%.

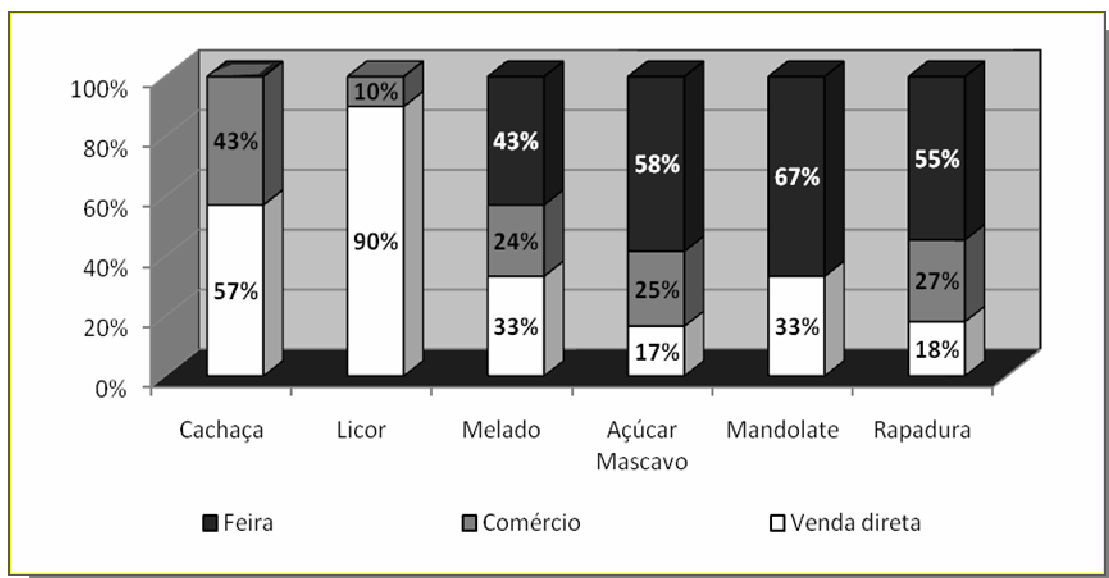


Figura 3 – Formas de comercialização segundo o tipo de produto.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPeI/CNPq/2006).

É importante ressaltar que as formas de comercialização expressas acima têm uma relação, também, com a falta da legalização sanitária na maioria dos estabelecimentos visitados. Essa situação impossibilita em muitos casos o acesso a mercados mais distantes e restringe a venda nos espaços informais, dificultando a distribuição dos produtos no comércio tradicional. Contudo, é importante frisar que a legalização das agroindústrias não encerra a participação das unidades nos circuitos diretos e pautados pela proximidade (Dorigon, 2008; Mior, 2005). Isso pode ser visto nos empreendimentos formais que, mesmo tendo a possibilidade de acessar mercados fora da região, continuam tendo no âmbito local e nas relações sociais a sua principal forma de comercialização.

Finalmente, cabe notar a importância do reaproveitamento dos resíduos para as unidades de agroindustrialização, o que contribui significativamente para a diminuição da dependência de alguns insumos externos. Nas agroindústrias em análise, o bagaço da cana-de-açúcar tem sido utilizado dentro das propriedades como: i) suplemento alimentar para o rebanho bovino durante o inverno; ii) energia renovável quando é queimado para aquecer a garapa no período da produção; iii) adubação dos canaviais no momento em que retorna às lavouras após sua compostagem para auxiliar na fertilidade do solo. Já o vinhoto é fornecido para alimentação dos animais e as cinzas são direcionadas para a adubação do pomar, da horta e dos demais cultivos. Numa clara alusão à co-produção entre homem e natureza, percebe-se que grande parte dos resíduos gerados por esse tipo de agroindustrialização realimenta o novo ciclo produtivo, ou é utilizada em outras atividades produtivas, como é o caso também em destaque da produção para autoconsumo.

Implicações da agroindustrialização à diversificação dos meios de vida

Na seção anterior foi manifesta a importância da agroindustrialização enquanto uma alternativa de diversificação do portfólio de rendimentos auferidos pelas unidades familiares de produção. De fato, a atividade tem se mostrado uma das mais recorrentes fontes de renda não agrícola para as famílias rurais. Ademais, mostrou-se que a agroindustrialização contribui à autonomia das unidades produtivas uma vez que incentiva a internalização de recursos antes adquiridos via mercado e proporciona um afastamento estratégico em relação aos intermediários pelo fato de a comercialização se processar no âmbito de circuitos locais e personalizados.

De outro modo, nesta seção procuramos demonstrar que as agroindústrias familiares “mais consolidadas” podem estar desenvolvendo um efeito negativo à diversificação dos meios de vida no interior das unidades de produção, uma vez que, conquistada certa estabilidade econômica, os agricultores passam novamente

a apostar na especialização. O rendimento monetário proporcionado pela atividade (seu potencial para “fazer dinheiro”, como dizem os agricultores) torna-se um forte atrativo à especialização.

Estabelecemos como indicador do “grau de consolidação” da agroindústria o Produto Bruto da Transformação Agroindustrial (PBta), isto é, o somatório do valor bruto de tudo que é produzido pela atividade. Espera-se com isso distinguir o tamanho da agroindústria em termos absolutos¹⁶ a partir de sua capacidade produtiva o que, em certa medida, também reflete os investimentos de capital que esta comporta. Para analisar o nível de diversificação produtiva utilizamos metodologia semelhante àquela proposta no estudo de Perondi (2007) sobre formas de diversificação das unidades familiares no sudoeste paranaense. Cada produto proveniente da produção vegetal, animal ou de transformação caseira foi considerado uma fonte de renda. Todavia, e diferentemente dos critérios de produtividade sugeridos por Perondi (2007) para selecionar somente rendimentos relevantes à composição da renda familiar, consideramos somente aqueles produtos em que o valor obtido com sua venda fosse superior a 5% do Produto Bruto Total (PBT) gerado pela unidade de produção. A isto foram acrescentadas as rendas provenientes de aposentadorias e pensões, rendas não agrícolas, produção para autoconsumo (considerada como uma renda única e desde que cumprido o critério de 5% do PBT) e outras rendas do trabalho (rendas obtidas fora da UP e de atividades inerentes ao setor agropecuário – ex. venda da força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas).

Na Figura 4 são apresentados os primeiros resultados relativos ao grau de diversificação dos meios de vida *vis-à-vis* a participação do PBta no PBT. Como esperado, os dados não revelam uma tendência aparente, justamente pelo fato de que são concernentes à importância “relativa” do PBta, o que impede que se tenha uma noção do tamanho da agroindústria. Nesse caso, uma família que produz em “escala doméstica” pode aparecer mais à direita no gráfico do que aquelas que produzem em uma “escala industrial”, haja vista a possível diferença entre as unidades de produção no que tange ao PBT.

¹⁶ Utilizar o produto bruto da agroindustrialização em termos relativos, isto é, em relação ao PBT gerado pela unidade de produção, é inadequado uma vez que esse sobre ou subvaloriza a capacidade produtiva real das agroindústrias devido à produção das demais atividades econômicas na unidade de produção (cf. Fig. 4). Da mesma forma, a renda gerada pela agroindústria não se mostrou apropriada para fins de análise em virtude da grande variabilidade das despesas envolvidas na produção de ano para ano.

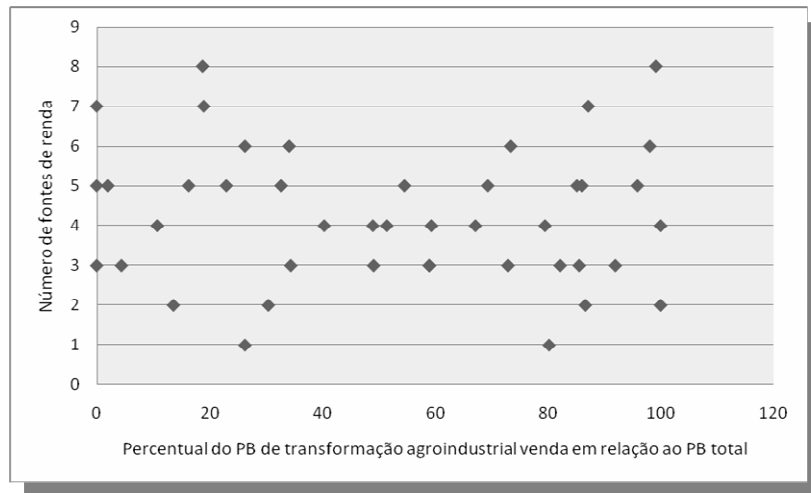


Figura 4 – Número de fontes de renda segundo o percentual do Produto Bruto da Transformação Agroindustrial em relação ao PBT da unidade de produção.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPel/CNPq/2006).

De outro modo, a Figura 5 mostra uma disposição dos dados no sentido de que quanto maior a produção bruta da agroindústria, menor é o número de rendas auferidas pela família, o que corrobora nossa hipótese inicial sobre um possível efeito contrário da agroindustrialização à diversificação dos meios de vida. Naquelas unidades em que a agroindustrialização não constitui uma resposta frente às necessidades de sobrevivência do grupo familiar, mas poderia constituir algo semelhante ao que Ellis (2000) chama de “estratégia adaptativa” (embora aqui não seja uma alternativa pró-ativa em direção à diversificação), ela pode estimular uma reespecialização, agora não mais no universo das *commodities* agrícolas, mas na transformação agroindustrial.

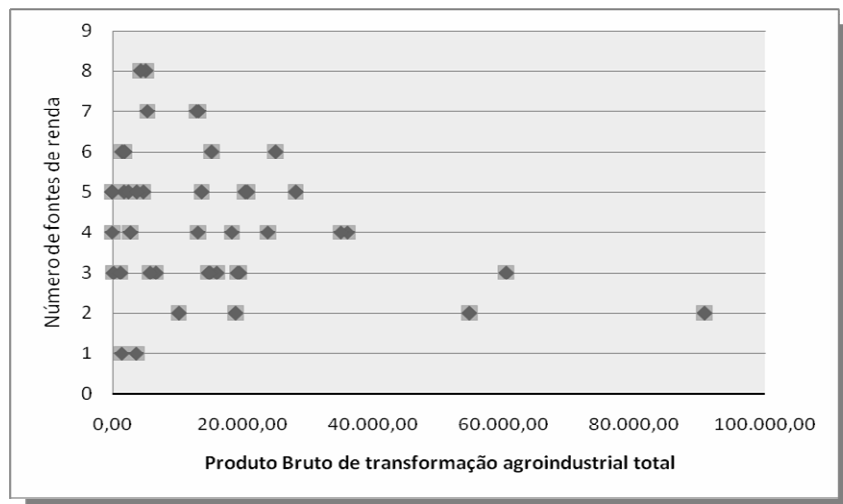


Figura 4 – Número de fontes de renda segundo o Produto Bruto da Transformação Agroindustrial total.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPel/CNPq/2006).

Os dados da Figura 6 reforçam esta assertiva acerca da especialização, mostrando que as unidades menos diversificadas possuem valores mais expressivos de PBta; capital disponível em máquinas e equipamentos para a agroindústria e renda da agroindústria. Com exceção do primeiro grupo, correspondente a uma única fonte de renda¹⁷, o gráfico demonstra que os valores das três variáveis analisadas decrescem à medida que aumenta o número de rendimentos.

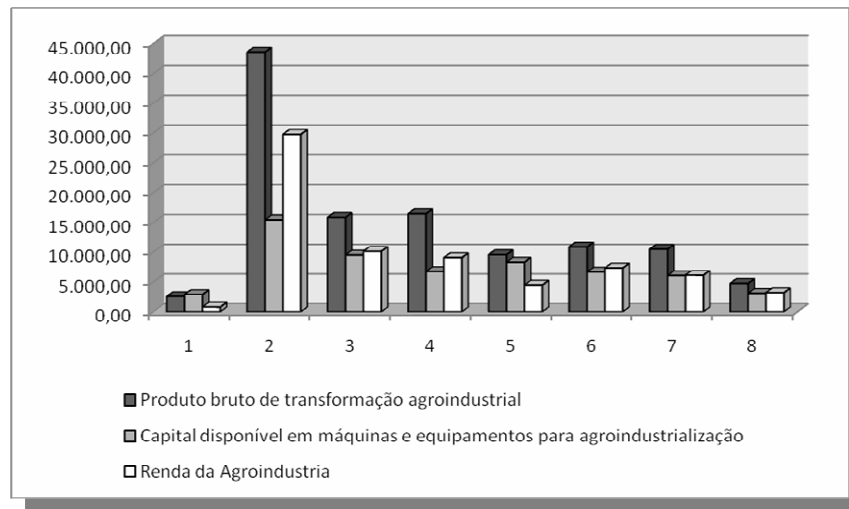


Figura 6 – Número de fontes de renda segundo o Produto Bruto da Transformação Agroindustrial total.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPEl/CNPq/2006).

Cabe aqui retornar à questão da autonomia. Como mostra a Figura 7, as unidades situadas nos estratos mais elevados de PBta são, em média, mais dependentes de recursos produtivos externos, vide os montantes de Insumos da Transformação Agroindustrial, contratação de serviços de terceiros e Consumo Intermediário total. No entanto, seria prematuro concluir que a ampliação da atividade agroindustrial, na escala familiar aqui referida, incida em maior dependência aos mercados de insumos e fatores de produção, haja vista um aumento proporcionalmente mais expressivo no Valor Agregado Líquido (VAL)¹⁸ à medida que se passa de um estrato para outro – o mesmo acontecendo no que se refere à relação VAL/CI.

¹⁷ A discrepância desta série de dados pode ser decorrência de apenas duas unidades de produção constar nesse estrato.

¹⁸ Refere-se ao Produto Bruto Total descontado o Consumo Intermediário e a depreciação dos bens.

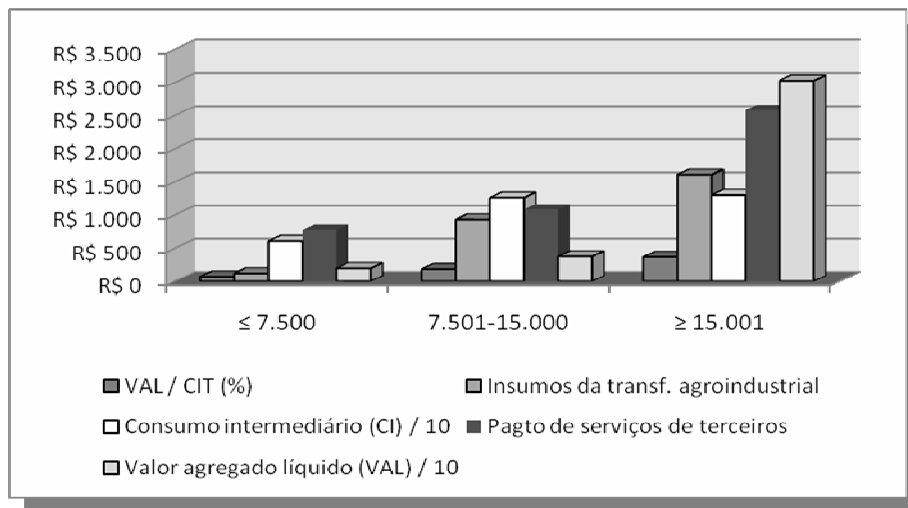


Figura 7 – Variáveis selecionadas segundo estratos de Produto Bruto da Transformação Agroindustrial total.

Fonte: Projeto Doce Sabor (UFPel/CNPq/2006).

O que tem se revelado particularmente intrincado na relação das agroindústrias com atores e ativos externos refere-se às pressões para adequação a leis previdenciárias/trabalhistas e a *standards* de qualidade de produtos e processos, duas coisas que afetam especialmente as agroindústrias que buscam a legalização, em geral aquelas de maior porte. No que tange especificamente ao segundo ponto, a adoção de “boas práticas” para acesso a mercados mais extensos demanda a construção de instalações e a compra de equipamentos de custos elevados. São protestos recorrentes entre os agricultores as freqüentes mudanças nas exigências legais que, a cada ano, lhes obriga a fazer novos investimentos para continuar na atividade (o *treadmill* tecnológico discutido alhures). Além disso, o atendimento a condições sanitárias, sistemas de rastreabilidade e exigências ambientais afeta diretamente o modo tradicional de produção de alguns produtos, rompendo gradativamente com a coprodução.

Grande parte do problema deve-se ao fato de a legislação imposta aos empreendimentos familiares legalizados ser semelhante àquela direcionada às unidades industriais (Prezotto, 1999). Ainda que tenham ocorrido mudanças em nível federal no sentido de flexibilização das legislações sanitária e ambiental, através do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar no espaço local essas mudanças praticamente inexistem. Como demonstra Wesz Junior (2009b), apesar das alterações no sistema de inspeção sanitária pela criação do Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) e no licenciamento ambiental pela Resolução do Conama n.385, essas mudanças ainda não chegaram até as agroindústrias familiares.

Na questão sanitária, o Suasa tem mais de três anos de funcionamento e até o momento só um município em todo o território nacional aderiu (Crissiumal/RS). Além da necessidade de um elevado desembolso por parte do poder público local, outro motivo que tem desestimulado a sua implementação é a manutenção das elevadas exigências para legalizar o empreendimento, pois modificou-se somente o órgão de inspeção (que passou a ser a prefeitura) e manteve-se os procedimentos e as regras de fiscalização. Em relação ao licenciamento ambiental, mesmo com a flexibilização no âmbito federal, os Estados têm autonomia sobre o estabelecimento de normas mais rígidas, o que dificulta a difusão de regras condizentes com a realidade das agroindústrias familiares. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o licenciamento ambiental em vigor continua sendo aquele anterior à Resolução do Conama n.385.

A necessidade de cumprir com essas exigências traz um problema associado à criação de uma dependência estrutural ao Estado. Essas agroindústrias têm desenvolvido uma necessidade crônica de crédito de modo que, para evocar os termos de Jean (1994, p. 70), “[...] sem ser uma pura criatura do Estado, existe entretanto graças a um conjunto de dispositivos legais e regulamentares garantidos pelo Estado”. De fato, como mostram os estudos de Raupp (2006) e Guimarães e Silveira (2007), a maior parte dos recursos provenientes de mecanismos de financiamento como o Programa da Agroindústria Familiar (PAF/RS) tem sido acessados pelas agroindústrias mais capitalizadas.¹⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades de certas dinâmicas territorializadas de desenvolvimento rural frente a processos de globalização econômica constitui questão recorrente nos estudos rurais contemporâneos. As pesquisas comparativas realizadas por Ploeg (2008; 2006a) na América Latina e na Europa apontam precisamente para o fato de que, conquanto as localidades rurais se defrontem com pressões cada vez mais fortes dos “impérios” alimentares globais, novas possibilidades têm se aberto aos agricultores para se contrapor a uma adesão passiva à gramática de relações sociotécnicas dominante, criando dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas.

Mesmo em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* agrícolas, como é o caso aqui analisado, a dinâmica da agricultura tem se demonstrado profundamente desigual e heterogênea. Contrariando

¹⁹ Não está no escopo desse artigo aprofundar a análise das relações entre políticas públicas, autonomia e diversificação. Primeiro, porque há uma carência de informações a esse respeito, visto que os dados coletados a campo só captam a situação no ano agrícola 2004/2005, deixando camuflados os financiamentos acessados antes desse período e; segundo, porque nem sempre o recurso é direcionado à atividade para a qual foi acessado, já que, não raro, o crédito retirado para atividades de custeio da produção agrícola são revertidos em investimentos na agroindústria.

aqueles que a percebiam como elemento residual e temporário *vis-à-vis* uma tendência supostamente homogeneizante do processo de modernização, a diversidade tem se estabelecido como fundamento principal do mundo rural. Diversidade que é fruto da coexistência de distintas formas sociais de produção e das múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural que as mesmas desenvolvem.

O artigo procurou enfatizar reiteradamente esse papel ativo dos agricultores, demonstrando como esses são capazes de construir respostas congruentes às pressões colocadas pela necessidade de reprodução do grupo familiar em um contexto socioeconômico cada vez mais contingente. Demonstrou como a agroindustrialização pode estar associada a processos de desmercantilização e internalização de recursos que visam ampliar a autonomia das unidades de produção. Similarmente, expôs o potencial das agroindústrias familiares à arquitetura de novos mercados – redes alternativas de comercialização que permitem agregação de valor na produção de mercadorias finais e autonomia em relação aos intermediários.

A autonomia das unidades familiares de produção passa pela articulação de estratégias de diversificação. Se isso é especialmente importante para aqueles atores sociais economicamente mais vulneráveis, para quem, longe de ser a melhor alternativa para enriquecerem, essas estratégias revelam-se fundamentais para não empobrecerem ainda mais; não é menos evidente a importância dessas para os agricultores mais capitalizados, inclusive no que tange à autonomia de recursos. Nesse caso, contudo, parece haver uma trajetória de reespecialização produtiva, o que, à longo prazo, pela incidência de crises e choques externos, pode incorrer em dificuldades à reprodução dessas unidades familiares, colocando em risco a própria viabilidade da agroindústria.

Nos termos aqui colocados, poderíamos concluir afirmando que o desenvolvimento rural está intrinsecamente associado às capacidades e às oportunidades de acesso e controle a ativos de capitais. Trata-se de articular, por um lado, a ampliação da capacidade dos agricultores para controlarem de modo relativamente autônomo os capitais necessários à construção das trajetórias de vida que julgam adequadas para si e para suas famílias e, por outro, a criação de um ambiente social, político e econômico que favoreça a criação desses meios de vida, garantindo oportunidades para as iniciativas que estão emergindo fazerem frente às pressões que reafirmam o padrão dominante de desenvolvimento.

The family agroindustry in the missões region of the Rio Grande do Sul: autonomy and diversification of living sources

ABSTRACT

The paper discusses the role of agroindustrialization as a strategy of livelihood diversification in the family farm and its potential to stimulate the construction of autonomy in relation to productive resources internalization and formation of alternative networks for commercialization. The data proceeding from research carried out in nine municipalities of the Missões region, in the northwest of Rio Grande do Sul. The results show the potential effects of family agroindustries to build more autonomous rural development patterns, showing the capacity of farmers to create multiple activities and assets that allow them to struggle against the increasing economic and social vulnerability. However, the results reveal that the biggest family enterprises may be developing a negative effect to livelihoods diversification.

Keywords: Family farmers; Food processing; Diversification.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BASSO, D. Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região noroeste do Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*. v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.
- BUENO, V. N.; WESZ JUNIOR, V. J. O cultivo da soja na agricultura familiar missioneira: fatores e condicionantes da sua produção. *Estudo & Debate*, v. 16, n. 1, p. 9-28, 2009.
- CALDAS, N.V. Agricultura familiar e previdência social rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos. 2008. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). UFPel, Pelotas, 2008.
- CARNEIRO, M.J. Política de desenvolvimento e o novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. da. *O novo rural brasileiro*, v. 4. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. p. 117-149.
- CONTERATO, M. Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS,, Porto Alegre, 2008.
- DORIGON, C. Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina: em construção. 2008. Tese. (Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.
- _____. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRISA, C. A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GUIMARÃES, G.M.; SILVEIRA, P.R.C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerência das políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza/CE. *Anais...*, Fortaleza: SBSP, 2007.
- HINRICHS, C.C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, v. 16, p. 295-303, 2000.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, v. 6, p. 51-75, 1994.
- REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75 – 102, set./dez. 2009

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C. (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.

LAURENTI, A. C. Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Londrina, PR: IAPAR, 2000.

LONG, N. Development sociology: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

MAIA, C.M. A agroindústria familiar como estratégia para o Desenvolvimento Regional. 2008. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J. Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector. Amsterdam: Elsevier, 2006.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. Rev. Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 4, p.1055-1073, dez, 2007.

MIOR, L.C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó, SC: ARGOS, 2005.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, dez. 2001.

NIEDERLE, P.A. Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, P.A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 61, Bogotá, jul./dez. 2008. (no prelo).

OLIVEIRA, D. Mercado e reprodução social: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, J.A.V. de, PREZOTTO, L.L.; VOIGT, L.. Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do Estado do Rio Grande do Sul. Florianópolis, 2002. (mimeo).

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen, RS: URI, 2008.

PEÑAFIEL, A.P.P. Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas. 2006. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PERONDI, M.A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. 2007. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

- PLOEG, J.D. van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006a.
- _____. Agricultural production in crises. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed.). *Handbook of rural studies*, London: Sage, 2006b. p. 258-277.
- _____. *Labor, markets, and agricultural production*. Westview, Boulder, San Francisco e Oxford, 1990.
- PREZOTTO, L.L. *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. 1999. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas). UFSC, Florianópolis, 1999.
- RAUPP, A.K. *Políticas públicas e agroindústria de pequeno porte da agricultura familiar – considerações de experiências do Rio Grande do Sul*. 2005. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- REQUIER-DESJARDIN, D. *Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?* PRODAR, Quito, 1999.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. From resistance to reaction: styles of farming and rural livelihood of family farms in the South of Brazil. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007. Proceedings... Wageningen: ESRS, 2007.
- SCHNEIDER, S. et. al. *Estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil - Projeto Rurbano (fase IV)*. Relatório de Pesquisa. UFRGS; NEAD, 2007.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J.G. da. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. A Produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em questão*, v. 5, p. 53-72, 2005.
- SONINO, R.; MARSDEN. T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p. 181-199, 2006.
- WENZEL, E.G. *Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul*. 1997. Tese. (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- WESZ JUNIOR, V. J. *Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar*. *Agroalimentaria (Caracas)*, v. 15, n. 28, p. 25-34, 2009a.
- WESZ JUNIOR, V. J. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. 2009. Dissertação (Programa REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75 – 102, set./dez. 2009

de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009b.

WESZ JUNIOR, V.J.; NIEDERLE, P.A. Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região Missões, RS. *Geo UERJ*, n. 17, v. 2, p. 88-108, 2007.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN EN AMÉRICA LATINA, 2003. Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. *Ensaio FEE*, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

ZELIZER, V. Circuits within capitalism. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. *The Economic Sociology of Capitalism*. Cambridge: CUP, 2003. p. 289-319.